

A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

NOGUEIRA, Ione da Silva Cunha - UNESP/Araraquara

Uma educação conscientizadora e emancipadora, que garanta qualidade de ensino e acesso a cidadania e a democracia, tem sido proposta tanto pela Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), quanto pela Constituição Federal do Brasil (1988).

Conforme a Lei Federal nº 9.394/96 (LDB), art. 2º: *“a educação ... tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”*

A Constituição Federal (1988), no Cap. III, Seção I art. 205, estabelece que: *“A educação ... será promovida ... visando o ... preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”*

Educar para a cidadania tem sido a preocupação que tem centralizado as discussões sobre os valores inerentes a essa formação. Porém pode permanecer a dúvida sobre o que vem a ser educar para a cidadania.

Para FERREIRA (1993:19) existe uma grande dificuldade em se conceituar cidadania. Em alguns momentos, cidadania é tratada como *“nacionalidade”*, em outros, *“traz para si juízos de valor, aparecendo associada ao aspecto positivo da vida social do homem em contraste com a negatividade da não-cidadania, a marginalidade.”*

Um fato importante a ser considerado é que, cidadania não pode ser pensada sem os pressupostos histórico-filosóficos sobre os quais se fundamenta. Ela só adquire forma própria quando faz parte de um indivíduo, o cidadão. *“Ele (o indivíduo) realiza sua existência, enquanto ela (a cidadania) lhe confere uma identidade.”* (FERREIRA, loc. cit.)

Sob esse ponto de vista a cidadania traz uma certa ambigüidade para a identidade do homem, pois se na esfera individual cada um é único e inigualável, na esfera pública cada um é cidadão e pelo menos em teoria, igual a todos os outros, quanto aos seus deveres, direitos e privilégios decorrentes do correto exercício de sua cidadania.

E é exatamente a questão da igualdade que se mostra como valor básico para fundamentar racionalmente os valores individuais. Nesse sentido, cidadania é o instrumento institucional que tem a função de corrigir as diferenças impostas pela sociedade de privilégios, nas quais prevalecem os antagonismos de classe.

Conforme FERNANDES (1996), a concessão de direitos que tem ocorrido em nosso país, configura uma cidadania passiva e excludente, predominante principalmente nas sociedades autoritárias. Para a autora, o conceito mínimo de democracia pressupõe que os cidadãos estejam preparados para usar as regras de participação democrática. É necessário portanto, que os indivíduos tenham ao menos noções de cidadania para que se tornem realmente cidadãos.

Fernandes demonstra não ser suficiente atribuir aos cidadãos o direito de participar direta ou indiretamente das tomadas de decisões coletivas, mas antes, é indispensável que os que são chamados a eleger, sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de escolher aqueles que realmente julguem ser os melhores.

Desse ponto de vista, ao se impedir real acesso à educação e cultura, restringe-se também o acesso à vida pública e à cidadania, tornando a cidadania ativa, ou seja a que realmente se concretiza, privilégio de uns poucos mais afortunados.

Para DA MATTA (1983:189), a sociedade tem se tornado cada vez mais complexa e dessa complexidade nascem as imposições arbitrárias, alienantes e autoritárias, gerando nas pessoas uma crise de identidade, trazendo uma grande dificuldade de se visualizarem internamente enquanto tais. A esse respeito o autor descreve que a violência tem servido como um modo de reintegração ao sistema, pois é a possibilidade de transformação do indivíduo, elemento indiferenciado, em pessoa, com nome, honra e consideração.

Também para CHAUI (1994:54) a sociedade brasileira é autoritária e isso se deve ao fato da cidadania ser mantida como “*privilégio de classe*”, e colocada numa posição de concessão da classe dominante às demais. Nessa sociedade as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são transformadas em desigualdades e estas, em relações de “*hierarquia, mando e obediência*”. As relações acabam tornando-se uma forma de dependência, tutela, concessão, autoridade e favor, “*fazendo da violência simbólica a regra de vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo,*

considerados naturais e por vezes, exaltados como qualidades positivas do 'caráter nacional'.”

Poderíamos transferir esses conceitos para a esfera escolar e traçar um paralelo. A política escolar também tem exercido um papel de “*tutela e favor*” e o espaço público (mais especificamente a escola pública), deixando de ser o que deveria (um bem público), tem sido um espaço oferecido como favor da classe política ao povo. A qualidade de ensino vem sendo relegada à condição de não repetência, e diminuição da evasão, desconsiderando-se os aspectos pedagógicos, seus valores, sua importância, seus métodos, seus objetivos e o mais importante, a preocupação com a formação integral do futuro cidadão.

Percebemos que ainda hoje é fortemente valorizado um ensino elitista que privilegia o aspecto formal da educação, à qual os pertencentes às classes menos favorecidas têm um acesso apenas parcial.

É nesse momento que o jovem pode vir a se utilizar do que Chaui denomina de “*contraviolência*” (assim considerada por ela como um tipo de reivindicação de direitos), para garantir que seja considerado um sujeito, ou melhor, alguém dotado de direitos, podendo no mínimo, desfrutar de certa condição que lhe deveria ser assegurada e não o é.

O cotidiano escolar tem sido marcado por todo tipo de atitudes chamadas de violentas. Desde uma simples agressão verbal a um colega ou professor, passando pela depredação do prédio público culminando muitas vezes em casos de assassinato de aluno ou professor.

Áurea GUIMARÃES (1996:25), faz uma análise da violência escolar e relata o fato de que tanto pobres, quanto ricos, depredam o patrimônio público, porém “*cada classe social faz uma apropriação diferente dessas ações*”.

Na percepção da autora, existem os que são vândalos, e depredam por simples diversão e existem os que quebram, por não sentirem o público como algo que lhes pertença.

Nesse sentido, a escola é um dos alvos prediletos pois vai contra tudo o que diz defender. “*Se diz democrática, mas não o é; diz que prepara para a vida, mas não o faz; é lugar do novo, mas propaga o velho.*” (GUIMARÃES, 1996:25)

As questões elementares que precisam ser transmitidas pela escola ao indivíduo para que este se torne um cidadão consciente muitas vezes são deixadas de lado. A democracia pressupõe que os indivíduos que dela participam tenham condições de fazê-lo conscientemente e esse tem sido o grande desafio da escola.

Considerando tais fatos, realizamos uma pesquisa de campo em uma escola pública de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental no período diurno. No referido estudo foram aplicados questionários aos alunos, porém serviram também como fontes de dados as informações fornecidas de maneira verbal por todos os envolvidos no cotidiano escolar (professores, alunos, direção e funcionários da escola), por meio de entrevistas.

Nosso objetivo foi a princípio, compreender qual a relação que a instituição escolar mantém com os alunos, se essa relação se dá por meio de repressão às suas reivindicações e preocupações, ou por meio de negociação que pode vir a se concretizar por intermédio de abertura ao diálogo e participação dos alunos na vida escolar. E ainda verificar, se este modo de ação tem influenciado ou não o problema da violência na escola.

Na referida pesquisa verificamos que entre 234 alunos entrevistados, 26,5% admitem ter praticado algum ato violento, concentrando-se tal ato essencialmente em agressão física à colega em primeiro lugar e danificação de equipamento da escola em segundo (Tabela 5).

Quando questionados sobre o que fazer para melhorar sua escola, a maioria acredita que deveria participar mais das decisões, tanto individualmente enquanto aluno, quanto por intermédio de seus pais. (Tabela 1)

Algumas atividades existentes na escola entendidas pela direção como meios de participação (sistemas de representantes de classe e grêmios estudantis), não são reconhecidas pelos alunos dessa forma e eles sequer demonstram interesse por elas. Dos alunos entrevistados, 35,5% não tem conhecimento de tais atividades e 79,1% nunca participou de nada (explicamos aos alunos que “participar” poderia significar ter se envolvido de alguma forma, mesmo que fosse apenas candidatando-se). (Tabelas 2 e 3)

Grande parte dos alunos que declara ter praticado atos violentos, indica nunca ter se envolvido com tais meios de participação. (Ver Tabela 6)

Porém é muito fácil perceber que as autoridades educacionais não se esforçam em demonstrar aos alunos que esse espaço lhes pertence, bem como não têm investido na conscientização dos indivíduos sobre seu dever e direito de participar tanto em decisões, quanto em eventos culturais e esportivos. E estes últimos, embora pareçam muito mais atraentes para a faixa etária em questão e sejam promovidos pela instituição, não se encontram incluídos nos planos de grande parte dos alunos. (Tabela 4).

Conforme relato dos alunos, nunca houve nenhum tipo de debate na tentativa de lhes dar oportunidade de expor suas opiniões a respeito de qualquer tipo de assunto referente à escola, e eles se ressentem com isso.

Esses dados nos levam a pensar que o universo escolar não tem proporcionado possibilidades de relações sociais significativas ou um espaço para construção de identidades coletivas.

A educação para a cidadania requer muito mais do que a simples criação de oportunidades de participação dos alunos em alguns eventos proporcionados pela escola, porém este pode ser um começo. Pode ser um ponto de partida para um envolvimento maior com o espaço público e uma possível identificação com o mesmo. Para que haja uma educação de cidadãos, é preciso que acima de tudo os indivíduos, vistos como iguais, tenham a oportunidade de dialogar, expor seus anseios, necessidades e opiniões para que a escola passe a ser vista como local de troca, de relacionamento interativo, e não de imposições e regras, que muitas vezes não condizem com sua realidade.

Uma vez que a cidadania só adquire forma própria quando provém do indivíduo, é primordial a existência dele para que ela deixe de ser algo apenas teórico ou privilégio de alguns, e passe a permear as relações sociais e políticas. O relacionamento que o indivíduo mantém com o espaço público nos permite exatamente perceber se esse espaço tem correspondido àquilo que se esperava dele ou não. Assim, existe a possibilidade de que esta violência, compreendida simplesmente como agressividade, seja um meio encontrado pelos indivíduos para reivindicar esse espaço público que lhes vem sendo segregado.

TABELAS

Tabela 1 - Mudanças que os alunos julgam necessárias para melhoria da escola

mudanças	número de alunos	%
Métodos de ensino	48	20,5
Maior participação dos alunos	85	36,3
Maior participação dos pais	83	35,5
Métodos de ensino e participação dos alunos	18	7,7
Total de alunos	234	100,0

Tabela 2 - **Conhecimento** dos alunos a respeito dos meios de participação em decisões indicados pela escola.

Meios de participação	número de alunos	%
Grêmio estudantil	48	20,5
Representantes de classe	85	36,3
Grêmio e Representantes	18	7,7
Não tem conhecimento	83	35,5
Total de alunos	234	100,0

Tabela 3 - **Envolvimento** nos meios de participação indicados pela escola

	número de alunos	%
sim	49	20,9
não	185	79,1
Total de alunos	234	100,0

Tabela 4 - **Participação** em eventos culturais e esportivos promovidos pela escola

	número de alunos	%
sim	137	58,5
não	97	41,5
Total de alunos	234	100,0

Tabela 5 - Alunos que afirmam ter praticado atos violentos

ação	número de alunos	%
Danificar equipamento	15	6,4
Agressão a colega	34	14,5
Agressão a prof./funcionário	5	2,1
Danif. Equip. e agr colega	6	2,6
Agressão a prof/func. e colega	2	0,9
Não praticou ação violenta	172	73,5
Total de alunos	234	100,0

Tabela 6 - Alunos que declaram ter cometido atos violentos X alunos que se envolveram em meios de participação existentes na escola

Envolvimento nos meios de participação	Número de alunos	%
SIM	6	9,7
NÃO	56	90,3
Total de alunos	62	100,0

Tabela 7 - Alunos que declaram haver cometido atitudes violentas por série

série	Praticou ato violento		Total
	NÃO	SIM	
5 ^a	33	10	43
6 ^a	46	11	57
7 ^a	44	10	54
8 ^a	49	31	80
Total	172	62	234

BIBLIOGRAFIA

BRASIL - Senado Federal - *Constituição da República Federativa do*. Brasília, 1988.

BRASIL - Lei nº 9.394 de 20/12/96 - *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação*. Diário Oficial, Brasília, 1996.

CHAUÍ, Marilena - *Conformismo e Resistência* - aspectos da cultura popular no Brasil. Brasiliense, SP, 1994.

DA MATTA, Roberto - *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, 4ª ed., Zahar, RJ, 1983.

FERNANDES, Ângela V. M.- Cidadania e Educação: análise comparativa. In: *Cidadania/Textos*. Nº 9, pags. 1-125, dezembro 1996.

FERREIRA, Nilda Teves - *Cidadania: uma questão para a educação*. Ed. Nova Fronteira, RJ, 1993.

GUIMARÃES, Áurea *A dinâmica da violência escolar: Conflito e ambigüidade*. Autores Associados, Campinas-SP, 1996.

APRESENTAÇÃO GRÁFICA DO POSTER

